



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

Corporações, redes e gestão do território: as práticas espaciais da CTBC (Holding Algar)

Mestrando Fernando Fernandes de Oliveira

Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia - MG. CEP. 38408-144. **E-mail:** ffernandes_10@hotmail.com

Doutora Geisa Daise Gumiero Cleps

Professora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia - MG. CEP. 38408-144. **E-mail:** gdgumiero@ras.ufu.br

ARTICLE HISTORY

Received: 04 March 2012

Accepted: 15 December 2012

PALAVRAS-CHAVE:

CTBC
Corporações
Redes
Território
Gestão territorial

RESUMO

O presente texto busca esclarecer a relação entre redes, corporações e práticas de ordenamento do território e como as corporações, estruturadas na forma de rede, garantem a manutenção de suas práticas de acumulação de capital a partir de suas territorialidades. Ante a abordagem geográfica sobre corporações e práticas de gestão territorial, buscou-se estabelecer a organização espacial reticular da CTBC (*holding* Algar), suas práticas socioespaciais que resultaram em sua expansão e consolidação, e estabelecer o jogo de influências que propiciaram à referida corporação permanecer como a única operadora privada de telecomunicações com 57 anos de atuação em território nacional, mesmo após a estatização do setor de telecomunicações, com a criação do sistema Telebrás em 1972.

KEY-WORDS:

CTBC
Corporations
Networks
Territory
Tterritorial management

ABSTRACT – Corporations, network planning and management: practices of space CTBC (Holding Algar). The purpose of this research was to verify the phytosociologic structure of the shrubby-arboreous stratum in three contiguous areas of caatinga in the Cariri of Paraíba. The survey was carried in the “Estação Experimental Bacia Escola/UFPB”, municipality of São João do Cariri-PB. The area of the experiment is 9.6 ha, divided in three plots of 3.2 ha each. Three parallel transects had been established, in a distance of 20 m from each other. In each transect there was marked ten equidistant parcels (10x10 m²), having been sampled 30 parcels from each area. There was used the method of equidistant parcels in a systematic distribution. For the calculations of the phytosociologic parameters there was regarded in each parcel: the species, the height and the diameter of all the individuals, with ≥ 3 cm and the height ≥ 1 m. The families in prominence were: Euphorbiaceae, Cactaceae, Caesalpinaceae and Apocynaceae. The species *Croton sonderianus*, presented the biggest number of individuals and the biggest relative density in all the studied environments. The species *Croton sonderianus*, *Caesalpinia pyramidalis*, *Pilosocereus gounellei*, *Aspidosperma pyriforme* and *Jatropha mollissima*, presented the biggest Index of values of Importance (IVI), consisting thus in the species of bigger importance for the studied areas. The biggest concentration of individuals was verified in the lesser diametric classes and in the lesser classes of height of all studied environments.

RESUMEN:

CTBC
Las empresas
Las redes
El territorio
La gestión territorial

RESUMEN – LAS CORPORACIONES, REDES Y GESTIÓN DE LA TIERRA: LAS PRÁCTICAS ESPACIALES DE CTBC HOLDING (ALGAR). Este artículo trata de aclarar la relación entre las redes, las empresas y las prácticas de organización territorial y cómo las empresas, estructurada en forma de red, garantizar el mantenimiento de sus prácticas de acumulación de capital a partir de su territorialidad. Teniendo en cuenta los principios geográficos y las prácticas de las empresas en materia de organización territorial, buscó establecer la organización del espacio reticular de CTBC (holding Algar), sus prácticas socio-espaciales que dio lugar a su expansión y consolidación, y establecer el juego de influencias que llevaron a esa corporación siendo el único operador de telecomunicaciones privada con 57 años de experiencia a escala nacional, incluso después de la nacionalización del sector de las telecomunicaciones, con la creación de Telebrás en 1972.

Introdução

No período técnico-científico-informacional vigente (SANTOS, 1996), destacam-se os processos de construção e de reconstrução de *arranjos espaciais*, caracterizados por transformações nos *sistemas de objetos e ações*, assim como pela interface entre *horizontalidades e verticalidades*, que expressam a natureza complexa dos fluxos, processos que se orientam por *redes* e pela atuação de agentes hegemônicos, que exigem destas cada vez mais fluidez em uma busca voraz, [...] levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes [...] (SANTOS, 1996, p. 218). O resultado é um espaço de fluxos, em que estabelece uma complexa teia de *interações espaciais* (CORRÊA, 1997), aprofundadas e veementemente dinamizadas pelas inovações tecnológicas empreendidas no âmbito de uma complexa rede técnica e sua constante requalificação por fluidez.

Logo, as inovações tecnológicas aparecem como processo fundamental para a formação de estruturas em redes, gerando um complexo espaço de fluxo, que possibilita às atividades se difundirem espacialmente, visto que tais atividades mantêm-se interligadas por meio de um sistema de telecomunicações, que, por sua vez, proporcionou uma intensa propagação das comunicações, informações e inovações, oferecendo aos interesses dos distintos agentes envolvidos ante suas respectivas necessidades de velocidade e interação. Essa fluidez permite que “[...] normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes [...]” conforme colocado por Santos (1996, p. 212), posto o caráter multilocalizado das corporações e suas atividades na globalização, a complexidade dos processos de reconfigurações espaciais e a influência dos agentes hegemônicos na busca por adequações.

Ante essa realidade, emergem as questões que norteiam o presente texto: qual a relação entre redes, corporações e práticas de ordenamento do território? Como as corporações, estruturadas na forma de rede, garantem a manutenção de suas práticas de acumulação de capital a partir de suas espacialidades? Mediante a abordagem geográfica sobre corporações e práticas de gestão territorial, buscou-se estabelecer a organização territorial reticular da CTBC (*holding* Algar), suas práticas socioespaciais, que resultaram em sua expansão e consolidação, e estabelecer o jogo de influências que proporcionou à referida corporação permanecer como a única operadora privada de telecomunicações com 57 anos de atuação no Brasil, mesmo após a estatização do setor de telecomunicações, com a criação do sistema Telebrás em 1972. Para tanto, a coleta de informações organizou-se por meio de pesquisas estatísticas, com levantamentos de dados secundários nos relatórios anuais de sustentabilidade da CTBC e do Grupo Algar disponibilizados em seus sítios, assim como em publicações oficiais das mencionadas corporações acerca de seu histórico de emergência e das alianças estabelecidas durante o processo de consolidação. Por intermédio de pesquisas diretas com levantamentos primários nas sedes das referidas empresas, ambas localizadas em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, buscou-se entender a manutenção das espacialidades da empresa, bem como de suas interações intra-regionais e extra-regionais analisando-se a disposição e topologia dos serviços prestados. A partir do levantamento de dados primários e secundários, seguiu-se a elaboração do mapeamento temático necessário à representação da dimensão

espacial reticular da CTBC e seu processo de difusão espacial.

Redes, corporações e território

Nos processos de ordenamento territorial e na construção de arranjos espaciais, emerge a importância de elementos de natureza política, econômica, espacial e cultural, que denotam as atitudes, as práticas e os investimentos atribuídos aos agentes sociais, seja por meio das intervenções estatais e dos atores políticos e no que se refere aos atores da economia, sejam esses locais, nacionais ou globais, que comandam os diversos segmentos da economia.

Nas palavras de Corrêa (1992, p. 35), a gestão do território “[...] é a dimensão espacial do processo geral de gestão, confinando-se ao espaço sob controle de um Estado ou de uma dada empresa [...]”, constituindo, ainda,

[...] o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, à criação e ao controle da organização espacial. Trata-se, da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade.

Nessa perspectiva, no caminho de se compreender a dinâmica e evolução socioespacial empreendida por determinada sociedade, faz-se necessário conhecer

[...] o tamanho das elites, seu contingente, como elas se relacionam entre si e com os grupos detentores de poder político, o seu caráter aberto ou fechado, ou seja, a forma de recrutamento de seus membros e o conseqüente processo de mobilidade social [...]. (BOTTOMORE, 1965, p. 15)

Não obstante, é preciso conhecer como se organizam e se reorganizaram os antigos atores e como entraram em cena os novos atores, sobretudo, aqueles associados às corporações, sejam estes frutos dos capitais locais, ou oriundos dos capitais nacionais ou globais e a sua notável importância nas reconfigurações espaciais, como resultado de práticas sociopolíticas e de suas complexas espacialidades, pois, conforme Silva (2003, p. 13)

[...] na sociedade capitalista moderna, uma das manifestações concretas da dinâmica socioespacial é representada pela grande corporação que constitui um dos principais agentes de reorganização do espaço capitalista, envolvendo crescente multifuncionalidade e multilocalização das escalas geográficas de operações.

Tal complexidade exige, no entanto, que o espaço seja dotado de uma nova funcionalidade e operacionalidade, sobretudo, a partir dos investimentos em transporte, comunicação e energia, de modo a viabilizar a implantação das redes de interação socioespacial e, conseqüentemente, a acumulação ampliada do capital.

No contexto da reestruturação técnico-científica-informacional da sociedade capitalista, os processos de inovação tecnológica e o crescente conteúdo informacional das atividades traduzem a constituição de um espaço de fluxos de toda ordem, dotados de um sistema reticular cada vez mais liberto de controle territorial e que acabam por possibilitar “[...] uma instantaneidade de fenômenos interligados em escala planetária, via inovações tecnológicas, [que] tem provocado um intenso processo de desconstrução e reconstrução de organizações espaciais e a formação de espaços adredes [...]”, conforme assinalado por Silva (1999, p. 57), com marcante destaque para as redes de telecomunicações, que, aliadas à informática, são capazes de criar condições sociais inéditas, de modificar a ordem econômica mundial e de transformar os territórios (DIAS, 1995). Essa rede técnica permite a difusão espacial das atividades econômicas e dos centros de tomada de decisão, que, cada vez mais, confirmam a tendência de especialização de territórios e lugares, onde atividades econômicas dispersas, mas conectados pelas redes técnicas, constituem as diferentes unidades produtivas de uma corporação.

No decorrer dos processos de espacialização das atividades de uma corporação multilocalizada, aqui vista como um ator espacial na busca de seus objetivos egocêntricos (RAFFESTIN, 1993), a corporação estabelece a construção de suas horizontalidades, verticalidades e territorialidades por meio de suas práticas espaciais, que culminam na constituição de seu território de atuação que, conforme Raffestin (1993, p. 147), caracteriza a passagem de um determinado espaço, que, vivido e construído por determinado ator, se torna seu território, produzido por relações de poder.

Ao decidir atuar sobre determinado espaço, a corporação, por meio do estabelecimento de suas *tessituras*¹ e articulações vai decidir de acordo com suas necessidades de acumulação e por meio das redes que se estabelecem, “[...] ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções [...]” (RAFFESTIN, 1993 p. 148), vistos todos os seus objetivos intencionais, no decorrer de sua construção territorial e o posterior conjunto de relações que a corporação manterá com seu território de atuação, correspondem às suas *territorialidades* (RAFFESTIN, 1993). O caráter egocêntrico da gestão territorial e de sua seletividade espacial não anula possíveis alianças estratégicas e corporativas comuns às grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, fruto da atual estrutura organizacional em

¹ Raffestin (1993) admite *tessituras* como recortes espaciais que juntamente com nós e pontos que organizados hierarquicamente [...] permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído [...], permitindo ainda impor e manter ordens e realizar a interação e coesão entre territórios. Para o referido autor, [...] esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 151)

rede das empresas, conforme mencionado por Castells (1999).

Ainda citando Raffestin (1993, p. 150-151), a interação estabelecida em dado território, seja de natureza política, social, cultural ou econômica é o resultado de relações de oferta e procura provenientes da articulação entre indivíduos ou grupos, fatores responsáveis pela constituição de “[...] sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território, [...]”, que, além de resultarem em diferenciação funcional, promovem ainda uma diferenciação dirigida pelo princípio hierárquico, colaborando, assim, “[...] para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações” (RAFFESTIN, 1993 p. 151).

Esse sistema de tessituras hierarquicamente organizado, que representam o enquadramento de processos estabelecidos por relações de poder, faz emergir a importância do estabelecimento e do impacto das redes sobre o espaço, cujo controle reflete práticas, dinâmica e prioridades dos indivíduos, grupos e agentes hegemônicos no estabelecimento de sua influência e controle sobre os territórios. Mediante a difusão das técnicas reticulares, “[...] a rede² tornou-se uma forma privilegiada de representar a realidade contemporânea [...]”, conforme exposto por Dias, (2005, p. 12).

De fato, as novas tecnologias empreendidas, sobretudo no que tange às redes de telecomunicações e seu caráter informacional, adensam os fluxos, ampliam as interações espaciais e possibilitam que ordens, normas e influência das corporações multilocalizadas repercutam de forma instantânea sobre lugares distantes, conforme Corrêa (*apud* Santos, 1996, p. 214), já que as redes técnicas do período atual permitem que “[...] as grandes corporações, estruturadas orgânica e espacialmente em forma de rede, alteram a divisão territorial do trabalho, isto é, a especificidade produtiva das diversas áreas e centros urbanos previamente existentes [...]”.

Assim sendo, Dias (2005 p. 20) afirma que,

[...] ao tentar compreender a interação entre redes e os territórios, pressupõe reconhecer que estamos diante de duas lógicas distintas. De um lado, a lógica das redes, definida por atores que as desenham, modelam e regulam. Parece essencial conhecer suas ações, identificando as estratégias dos atores e a maneira como as redes são desenhadas e administradas. [...]

Corrêa (1992), ao abordar as práticas espaciais na gênese e dinâmica do Grupo Souza Cruz, identifica cinco práticas inerentes à corporação, que coexistem de forma combinada, a saber: *seletividade espacial*, em que a corporação age de

² Dias (2005, p. 19, referindo-se à vasta discussão de teses acerca do conceito de rede tece críticas no que se refere à superestimação de seu caráter tecnicista e à ideia de auto existência e regulação das redes, admitindo, ao citar Santos (2000), o seu caráter sociotécnico, pois a fluidez [...] não alcançaria as consequências atuais se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação [...] (DIAS 2005p. 20, Apud SANTOS, 2000). Ainda em relação ao caráter social das redes, Dias (1993) afirma que [...] as redes não se inscrevem no vazio, mas em espaços geográficos plenos de história [...].

forma seletiva ao eleger seus lugares de atuação; *fragmentação/remembramento espacial*, que representa uma multilocalização da corporação e uma divisão do espaço de atuação por suas unidades; *antecipação espacial*, indicando a localização de uma unidade num espaço que ainda não detém fatores locais satisfatórios; *marginalização espacial*, que se refere à exclusão de um lugar em sua rede por novas conjunturas desfavoráveis e *reprodução da região produtora*, que denota a influência exercida pela corporação sobre sua área de atuação e a importância do controle deste território, visto que a corporação usará de sua influência e da rede de poder e interesses, instituída ao desenvolver sobre seu território áreas de especialização produtiva ligadas à sua cadeia de produção.

No conjunto de práticas espaciais de uma corporação multifuncional e multilocalizada na constituição de seus territórios, é possível observar um pontual processo de requalificação do espaço, a princípio, entendido como *um campo de possibilidades* (RAFFESTIN, 1993), sobre o qual são tecidas redes, nós, e relações de poder que representam as interfaces de atuação das corporações e constituem, a partir daí, o seu território.

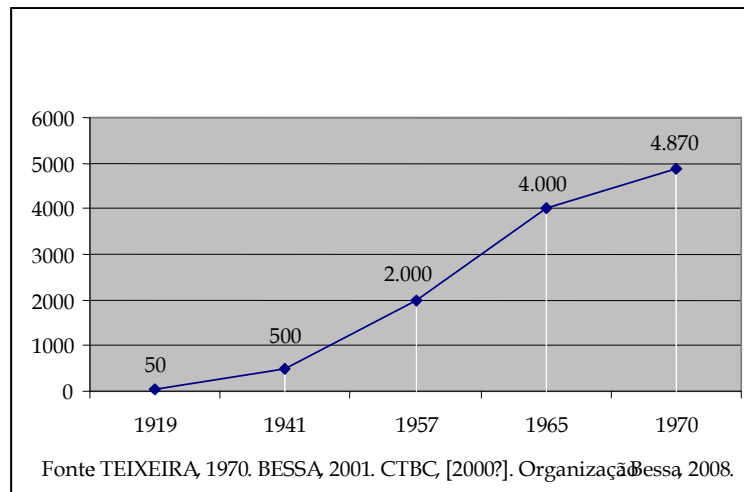
Ante a complexidade das práticas de gestão territorial inerentes às corporações, buscou-se estabelecer a organização espacial da CTBC, única operadora privada de telecomunicações com mais de 50 anos de atuação no país, a gênese e de evolução de suas práticas socioespaciais, que resultaram na expansão e consolidação da referida corporação, com ênfase na construção e reconstrução de suas espacialidades antes e depois da privatização do setor de telecomunicações no Brasil, fruto da constituição de seu espaço reticular e de redes de interesses entre o capital privado e integrantes do poder público, que se estabelecem sobre o território.

CTBC: gênese e práticas socioespaciais

Os primeiros serviços telegráficos chegaram a Uberlândia em 1895, com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, orientando-se, portanto, pelos traçados da ferrovia e das estradas de rodagem³. Na cidade, a partir de 1910, foi firmado contrato de concessão para a exploração dos serviços telefônicos entre a Câmara Municipal e Carmino Coelho. Tal contrato de concessão, em 1917, foi transferido para José Monteiro da Silva e, em 1919, para os irmãos Arlindo Teixeira Júnior, comerciante proprietário da Casa Comercial Teixeira Costa e Cia., e Tito Teixeira, político local, que formaram a Companhia Irmãos Teixeira, que, nesse momento, contava com uma mesa comutadora com capacidade para atender a 50 telefones, como observado no Gráfico 1. Nota-se, portanto, a formação de uma elite com acumulações urbanas, caracterizada pela figura do comerciante e do político.

³ Santos e Silveira (2001, p.27) apontam, para esse período, a emergência de [...] um meio técnico da circulação [...], particularmente pela implantação das ferrovias, estradas de rodagem, portos e telégrafos, que criava as bases materiais para a integração do território e consolidação do capital industrial.

Gráfico 1 – CTBC e a evolução do número de telefones entre 1919 e 1970



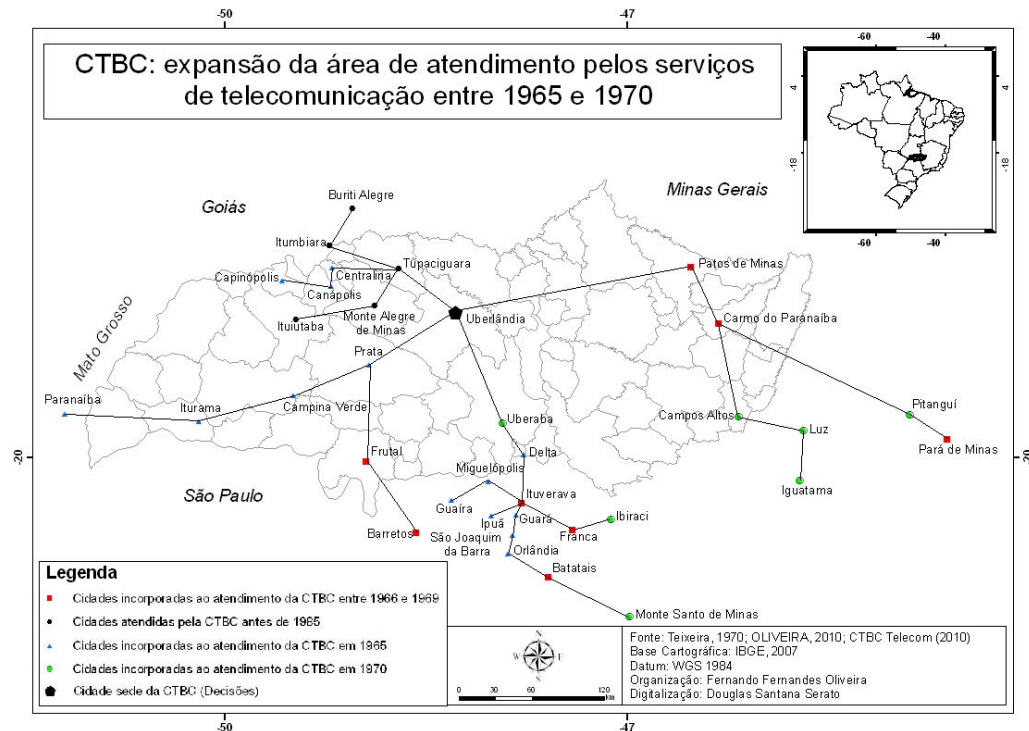
Arlindo e Tito Teixeira promoveram a primeira expansão da empresa, que passou a prestar serviços em Tupaciguara e Ituiutaba, em Minas Gerais, e Itumbiara, em Goiás, por meio de uma linha de fio de ferro, que seguia pelas estradas de rodagem da Companhia Mineira de Auto Aviação. Em 1932, essa companhia passou a chamar-se Empresa Telefônica Teixeirinha, porque Arlindo Teixeira Júnior transferiu grande parte da sociedade para Tito Teixeira. Apesar das dificuldades da época, esse empresário promoveu a expansão da base técnica, instalando, em 1941, um sistema automático de telefonia, que contava com 500 terminais telefônicos, além de promover nova ampliação da área de atuação da Companhia, que passou a prestar serviços de telefonia em Monte Alegre de Minas, em Minas Gerais, e Buriti Alegre, em Goiás (Mapa 1) (TEIXEIRA, 1970; BESSA, 2001).

Desse modo, a telefonia em Uberlândia, por meio de concessão renovada, ainda em 1926, com a Câmara Municipal, era de responsabilidade da Empresa Telefônica Teixeirinha, que, em 1954, foi adquirida pela sociedade anônima organizada por Alexandrino Garcia, então presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia-Aciapu, juntamente com Hélio Cardoso, Francisco Caparelli, Elpídio Aristides de Freitas e outros acionistas minoritários. Tal fato indica a importância das alianças estratégicas entre as famílias tradicionais e as famílias emergentes, a exemplo dos Garcia, de modo a garantir a conciliação dos interesses, além de demonstrar que os grupos tradicionais receberam relativamente bem a emergência de novas forças, que, com certeza, seriam capazes de alterar os rumos da economia e da política local, que configuravam suas redes de poder. Nesse caso, observa-se, também, que tal conciliação ocorreu no seio da Aciapu⁴, que representava parte do empresariado local.

⁴ A Aciapu foi criada, em 1933, pelo e para o capital local, atuando sempre no sentido de fortalecer estes capitais, fossem eles agropecuários, comerciais, industriais, de serviços ou financeiros. Como declara Carvalho (2000, p.223), “[...] a disposição da entidade em atender aos interesses dos associados aponta para o desempenho de uma posição de vanguarda no desenvolvimento local”.

A partir da aquisição da Teixeira, essa empresa passou a chamar-se Companhia de Telefones do Brasil Central-CTBC (hoje, Companhia de Telecomunicações do Brasil Central) e manteve as concessões obtidas por Tito Teixeira, assim como obteve novas concessões, ampliando sua área de atuação, primeiramente, em cidades vizinhas a Uberlândia e, posteriormente, em cidades no Alto Paranaíba e nos estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Para sustentar a expansão e melhorar os serviços, fez-se necessária a substituição das linhas de ferro por linhas de cobre, assim como a importação de uma central telefônica da Suécia, cuja tecnologia era da Ericson, inaugurada por Rondon Pacheco, ilustre político local, que, em entrevista ao Centro de Memória da CTBC, esclareceu: “[...] minhas luzes jurídicas e políticas valeram alguma coisa a eles [referindo-se aos acionistas principais da CTBC, Alexandrino Garcia, Hélvio Cardoso, Francisco Caparelli e Elpídio Aristides de Freitas] (grifo nosso), porque eles tinham as luzes empresariais e eu pude adverti-los sobre muitas contingências”. Tal relação denota a importância das alianças entre o empresariado local e os integrantes do poder público, destacando-se a rede de poder que foi instituída no processo de expansão territorial da CTBC.

Para a aquisição dessa central e de novos 1.500 telefones, foi feita uma lista com os 500 usuários dos telefones antigos e com os 1.500 pretendentes aos novos telefones, pois foi preciso recolher, entre estes, o capital para a obtenção dessa central. As negociações com esses usuários foram realizadas com ações da empresa, que, portanto, passou a contar um número maior de acionistas. De acordo com Luiz Alberto Garcia, em entrevista ao Centro de Memória da CTBC, “[...] foi como a diretoria [da CTBC] resolveu o problema financeiro da empresa que estava nascendo [...]”, ou seja, a venda de ações permitiu a capitalização da corporação. Tais serviços, contudo, eram ainda bastante deficientes, visto que, em 1957, a CTBC contava apenas com 2.000 terminais telefônicos.



Mapa 1: CTBC – expansão da área de atendimento pelos serviços de telecomunicação entre 1965 e 1970. Fonte: TEIXEIRA, 1970.

Quando do estabelecimento do monopólio estatal das telecomunicações, a CTBC, em função de estar com suas concessões atualizadas, assim como pelas estratégias políticas de Alexandrino Garcia e também de Rondon Pacheco⁵, permaneceu com o seu controle privado, apesar da vinculação ao sistema Telebrás em 1969. Ao analisar tais estratégias, Godoi, (2007, p. 52) cita as memórias de Rondon Pacheco e seus esforços para que a CTBC não sucumbisse ao “poder estatizador”:

Eu era obrigado a usar diplomacia. Algodão entre cristais. Mas isso era da rotina, da dinâmica, o meu dever era esse. Eu estava lá para servir o presidente. Eu lembro que houve um episódio, eu não sei precisar exatamente os lances, em que os policiais militares, o exército, ocuparam a central. Lembro do momento em que o Luiz ligou para mim, e eu disse a ele: "Luiz, me liga daqui a pouco que eu vou ver". E

⁵ Esse notório político local, que fora Deputado Federal em 1947, chefe da Casa Civil do governo Costa e Silva entre 1968-1969 e governador do estado em 1971, teve participação importante na expansão e consolidação da CTBC, inclusive na obtenção das concessões cedidas pelos governos desse período e, não menos importante, no fato de tal empresa não sofrer estatização. Contudo, em função das pressões exercidas pelos governos militares, foram perdidas algumas concessões, a exemplo de Morrinhos e Goiatuba, em Goiás, de Bambuí, em Minas Gerais, e de Barretos, em São Paulo. Nota-se que as articulações entre os agentes econômicos e os agentes políticos apresentam, na maioria das vezes, contornos pouco definidos, porém com resultados bastante significativos, especialmente na expansão das empresas desses agentes econômicos.

ele dizia para mim: "Não vou ligar, vou ficar na linha esperando o senhor voltar". Ele estava aflito, angustiado. E isso eu tinha de defender. (Rondon Pacheco *apud* GODOI, 2007, p. 52)⁶

Em 1969, a CTBC já contava com 4.870 telefones instalados, posto que incorporou as empresas telefônicas de Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Frutal e Pará de Minas, em Minas Gerais; e Barretos, Ituverava, Batatais e Franca, em São Paulo (Mapa 2). A partir da década de 1970, a CTBC realizou investimentos consideráveis na construção e estruturação de *fixos* capazes de interligar a cidade e a região por meio de equipamentos de transmissão e de recepção, além de incorporar as empresas telefônicas de Uberaba, Luz, Pitangui, Ibiraci, Monte Santo de Minas, Campos Altos e Iguatama, em Minas Gerais (Figura 3). Em entrevista ao Centro de Memória da CTBC, Luiz Alberto Garcia afirmou que "[...] a CTBC teve dois tipos de crescimento: crescendo com novas concessões e comprando outras [...]". De fato, algumas concessões foram obtidas por meio de licitações governamentais, enquanto outras foram conseguidas por meio da compra direta do direito de exploração dos serviços, a exemplo de Prata, Uberaba, Franca, Batatais, Orlandia, dentre outras.

É importante ressaltar que, em 1984, a CTBC foi selecionada, pelo Ministério das Comunicações e pela Telebrás, juntamente com a empresa ABC X-tal, para industrializar a fibra óptica⁷, o que comprova o papel do poder público na sua expansão, bem como revela as redes de poder instituídas ao longo do processo de consolidação da empresa. Em função disso, introduziu o primeiro cabo óptico e a primeira Central Telefônica Computadorizada-CPA do interior do país; além da implantação de um *link* óptico interligando duas centrais telefônicas em Uberlândia. Na década de 1990, o grupo investiu na prestação de serviços de engenharia de redes de telecomunicação, criando a Engeset (1992), sediada em Uberlândia; na implantação do sistema móvel de telefonia celular, com a criação da CTBC Celular (1993), também sediada em Uberlândia; e na aquisição de uma empresa de TV por assinatura, criando a Image (1995), igualmente com sede em Uberlândia.

Ressalta-se que a CTBC Celular foi pioneira na instalação de telefones celulares no interior do país, bem como no uso da tecnologia celular digital, além de oferecer serviço pré-pago para a telefonia celular, o que demonstra a capacidade técnica da empresa para implementar projetos que exijam elevado padrão tecnológico. Ademais, foi a primeira a lançar o telefone fixo pré-pago e a primeira empresa a oferecer a tecnologia 3G de celular e internet no interior do país. Em 2010, a CTBC passou a atuar no segmento que presta serviços de televisão paga via satélite (CTBC TV), que em outubro do referido ano contava com mais de 30.000 assinaturas, segundo dados obtidos em pesquisa direta.

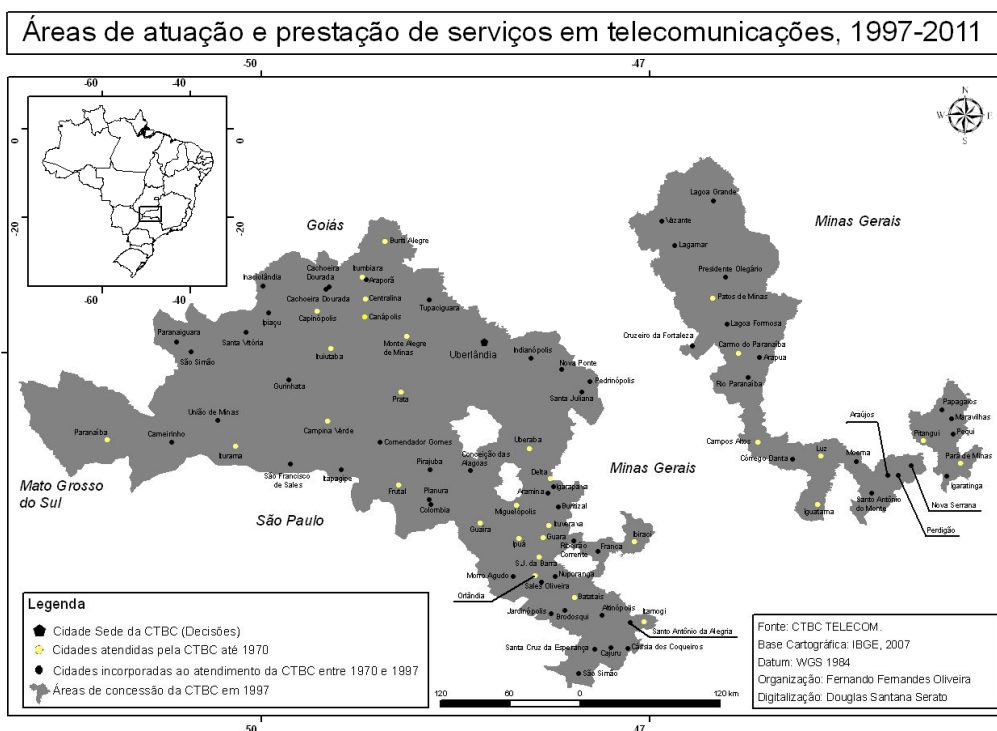
Com a privatização do sistema nacional de telecomunicações em 1997, a CTBC

⁶ Memórias disponíveis em: <http://www.museudapessoa.net>.

⁷ A tecnologia de fibra óptica brasileira foi desenvolvida, a partir de 1975, pelo CPqD, por meio de pesquisas financiadas pelo Estado. A fibra óptica facilita a transmissão de dados em alta velocidade e torna possível o uso de novos serviços, devido à maior capacidade de transmissão do sistema.

manteve sua área de concessão, garantida mediante articulações com o Estado, e seguiu prestando serviços de telecomunicação no setor 3 e partes dos setores 25, 22 e 33, respectivamente nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo, como retratado no Mapa 2. Em 1998, inaugurou sua nova sede administrativa, sendo o primeiro edifício inteligente da região e do interior de Minas Gerais. Nela, implantou o Centro de Operação de Redes-COR, central eletrônica de controle remoto capaz de gerenciar toda a rede, todas as centrais telefônicas e todo o sistema óptico, em tempo real. Esse funciona 24 horas por dia e sete dias por semana, com uma rede completamente digitalizada e estruturada em anéis ópticos, que utilizam tecnologias de rede com alta velocidade que garantem um aumento substancial na capacidade de tráfego e a interconexão entre redes, resultando em malha complexa, na qual *redes imateriais* passam a controlar o funcionamento de *redes materiais*, para utilizar os termos empregados por Silveira (1999).

O Algar Call Center Service-ACS, com sede em Uberlândia, foi inaugurado em janeiro de 1999, atuando na prestação de serviços de *contact center*. Nota-se que sua expansão foi bastante acentuada, pois iniciou suas operações com 480 posições de atendimento, prestando serviços a apenas dois clientes, a American Express e a própria CTBC, e, em dezembro de 2000 contava com 2.500 posições, acolhendo a vários clientes, dentre os quais, Martins, Peixoto, TAM, Valecard e Policard. Ainda no seu processo de expansão, a CTBC adquiriu, em 2004, um provedor de Internet, em Ribeirão Preto; ampliou os serviços de *contact center*, tanto em Uberlândia, que passou a contar neste momento com 3.500 posições, como em Campinas, onde instalou 1.500 posições de atendimento.



Mapa 2: CTBC – áreas de atuação e prestação de serviços em telecomunicações, 1997-2011. Fonte: Algar Telecom, 2011.

De acordo com os dados do Relatório de Sustentabilidade 2010, o Algar Call Center Service-ACS é designado por Algar Tecnologia, atuando em soluções de BPO, soluções em tecnologia da informação e consultoria, contando com 8.427 associados e mais de 37 clientes. Em Campinas, a capacidade foi ampliada para 3.000 posições em um novo Data Center, inaugurado em 2009, além de 900 posições em um *site* que a empresa mantém na cidade do Rio de Janeiro, conforme verificado em pesquisa direta. Ressalta-se que a CTBC, em função da complexidade dos serviços prestados, precisa manter relações com empresas que garantam sua constante modernização tecnológica, assim como necessita sustentar investimentos em pesquisa, de modo a assegurar sua expansão e consolidação, como a recente parceria com a IBM, na prestação de serviços de Colaboração Web, utilizando infraestrutura Cloud Computing⁸, bem como a recente parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que visa à reestruturação de sua rede técnica.

De modo geral, sua operacionalização, em conformidade com as concessões e permissões que lhe foram outorgadas, encontra-se delimitada à prestação de serviços de telecomunicação e demais atividades necessárias à efetivação de tais

⁸ Em suma, o Cloud Computing (computação nas nuvens) se refere à utilização da memória e da capacidade de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da internet.

serviços, expressando um campo de interdependências que se traduz nas articulações intra-empresa, posto que sua organização interna seja bastante complexa. Tal complexidade surge como produto das estratégias de diversificação vertical, assim como se traduz nas parcerias com o Estado⁹ e nas alianças e relações com empresas do mesmo setor, concorrentes ou parceiras, pois é certo que a gestão territorial da corporação desenvolve-se num ambiente altamente competitivo, porém com amplas possibilidades de criação de complementaridades.

CTBC: dimensão territorial reticular de controle técnico e político

Segundo dados do Relatório de Sustentabilidade 2010, a CTBC, juntamente com o segmento Algar TI/Telecom, conta com uma ampla escala de operações, prestando serviços de telefonia fixa (local e longa distância nacional e internacional, a partir do código 12); telefonia móvel celular (CTBC Celular), prestando serviços em 304 localidades, situadas em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul; serviços de Internet discada, rádio e banda larga fixa e móvel com tecnologia 3G (CTBC Multimídia Data Net); serviços de TV por assinatura via cabo em Araguari e Uberlândia e TV via satélite (Image TV e CTBC TV), *contact center* (Algar Tecnologia, antes denominada ACS), todas pertencendo ao segmento TI/Telecom. Ademais, a Engeset atua na construção e manutenção de redes de telecomunicações, e a Algar Mídia é responsável pela produção, publicação e distribuição de listas telefônicas (Lista SABE), guias de endereços (Guia SEI), que constituem um circuito de cooperação que ultrapassa os limites da região, propiciando notório processo de acumulação.

As informações referentes ao número de terminais telefônicos e de acesso à Internet ilustram o crescimento dos serviços prestados pela CTBC, como demonstrado na Tabela 1. No início dos anos 1980, a operadora contava com 41.399 terminais telefônicos em serviço, dentre os quais, 41.262 eram telefones fixos, 105 telefones públicos e 32 telefones rurais (UBERLÂNDIA-92, 1992. RNT, 1998). Em 2000, esses números atingiram 788.127 terminais telefônicos, dos quais 559.059 eram telefones fixos em serviço, 216.205 telefones celulares em serviço, 11.000 telefones públicos e 1.863 telefones rurais (BESSA, 2001).

Em 2005, a empresa operava com 712.000 terminais fixos e 384.000 linhas celulares em serviço, que totalizavam 1.096.000 terminais em serviço (BESSA, 2007). Dessa forma, a CTBC passou a contar com um dos maiores índices de teledensidade do Brasil, a saber: 35,23 para telefonia fixa e 14,41 para celulares, por grupo de 100 habitantes. Esse indicador também representa uma importante evolução, pois, em 1980, esse índice era de 11,6 por grupo de 100 habitantes; e, considerando o ano de 1993, quando do início da telefonia celular, o índice era de 12,6 por grupo de 100 habitantes, segundo dados obtidos em pesquisa direta. Observa-se a redução substancial das linhas de telefonia celular, vista a grande concorrência que a CTBC Celular sofre em sua área de cobertura, aberta à

⁹ Como salienta Silva (2003, p.214), o Estado segue, apesar das mudanças impostas pela globalização, e frente ao domínio das corporações, como “[...] o parceiro por excelência para as estratégias dos empresários [...]”, que se beneficiam e, igualmente, influenciam suas políticas econômicas.

prestação de serviços dessa natureza por outras grandes operadoras.

A escala espacial de atuação dessa corporação também foi bastante ampliada, resultado tanto da aquisição de empresas já existentes como de investimentos diretos da própria empresa, entre os anos de 1954, ano de fundação e 1997, ano da privatização do setor e que representou o último grande momento de expansão da área de concessão de serviços de telecomunicações da CTBC.

Tabela 1 – Evolução do número de terminais fixos e celulares da CTBC, 1980-2009.

Terminais ¹	1980 ²	1990 ²	Evolução ³		Evolução ⁴		Evolução ⁵		2006 ²	2007 ²	2008 ²	2009 ²	Evolução 2005-09(%) ²	Evolução 2006-09(%) ²
			1980-90(%) ²	2000 ²	1990-00(%) ²	2005 ²	2000-05(%) ²							
Terminais fixos ²	41.262 ²	250.197 ²	506,4 ²	553.059 ²	123,4 ²	861.000 ²	27,4 ²	858.000 ²	869.000 ²	874.000 ²	891.000 ²	891.000 ²	3,7 ²	
Terminais fixos ²	-- ²	-- ²	-- ²	712.173 ²	-- ²	656.000 ²	29,9 ²	653.000 ²	658.000 ²	684.000 ²	701.000 ²	701.000 ²	6,8 ²	
Celulares ²	-- ²	11.963 ²	-- ²	215.205 ²	17.977,2 ²	284.000 ²	77,6 ²	373.000 ²	361.000 ²	220.000 ²	234.000 ²	234.000 ²	-28 ²	
Celulares ²	-- ²	-- ²	-- ²	261.541 ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	
Telefones públicos ²	105 ²	334 ²	218,1 ²	11.000 ²	3.193,40 ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	
Telefones rurais ²	32 ²	171 ²	434,4 ²	1.863 ²	689,5 ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	-- ²	
Total ⁵	41.399 ²	250.702 ²	505,6 ²	788.127 ²	214,4 ²	1.096.000 ²	39,1 ²	1.884.000 ²	1.883.000 ²	1.752.000 ²	1.826.000 ²	1.826.000 ²	-3 ²	

Fonte: UBERLÂNDIA-92, 1992. RNT, 1998. BESSA, 2001. CTBC TELECOM, 2010 Org.: OLIVEIRA, 2010.

¹ Terminais (fixo e celulares) em serviço.

² Terminais (fixo e celulares) instalados.

³ Dado referente ao ano de 1993.

⁴ Dado referente à relação 1993 e 2000.

⁵ O total refere-se aos terminais em serviço. No ano de 1990, a totalização refere-se à soma dos terminais fixos, telefones públicos e rurais. Em 2005, o total refere-se à soma dos terminais fixos e celulares em serviços.

No decorrer dessa expansão, percebe-se nitidamente um conjunto de práticas espaciais já citadas, cuja racionalidade, segundo Corrêa (1992), serve aos propósitos da acumulação de capital e qualifica essa corporação como um agente da gestão territorial, caracterizadas pela seletividade/antecipação espacial, fragmentação/remembramento espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora, em que, para Corrêa (1991, p.140), o conjunto dessas práticas “[...] efetivadas pelas grandes corporações tem uma necessária espacialidade [...]”, além do mais, garante a gestão e o controle eficiente do território, a reprodução das condições gerais de existência da corporação e formas ampliadas de acumulação de capital.

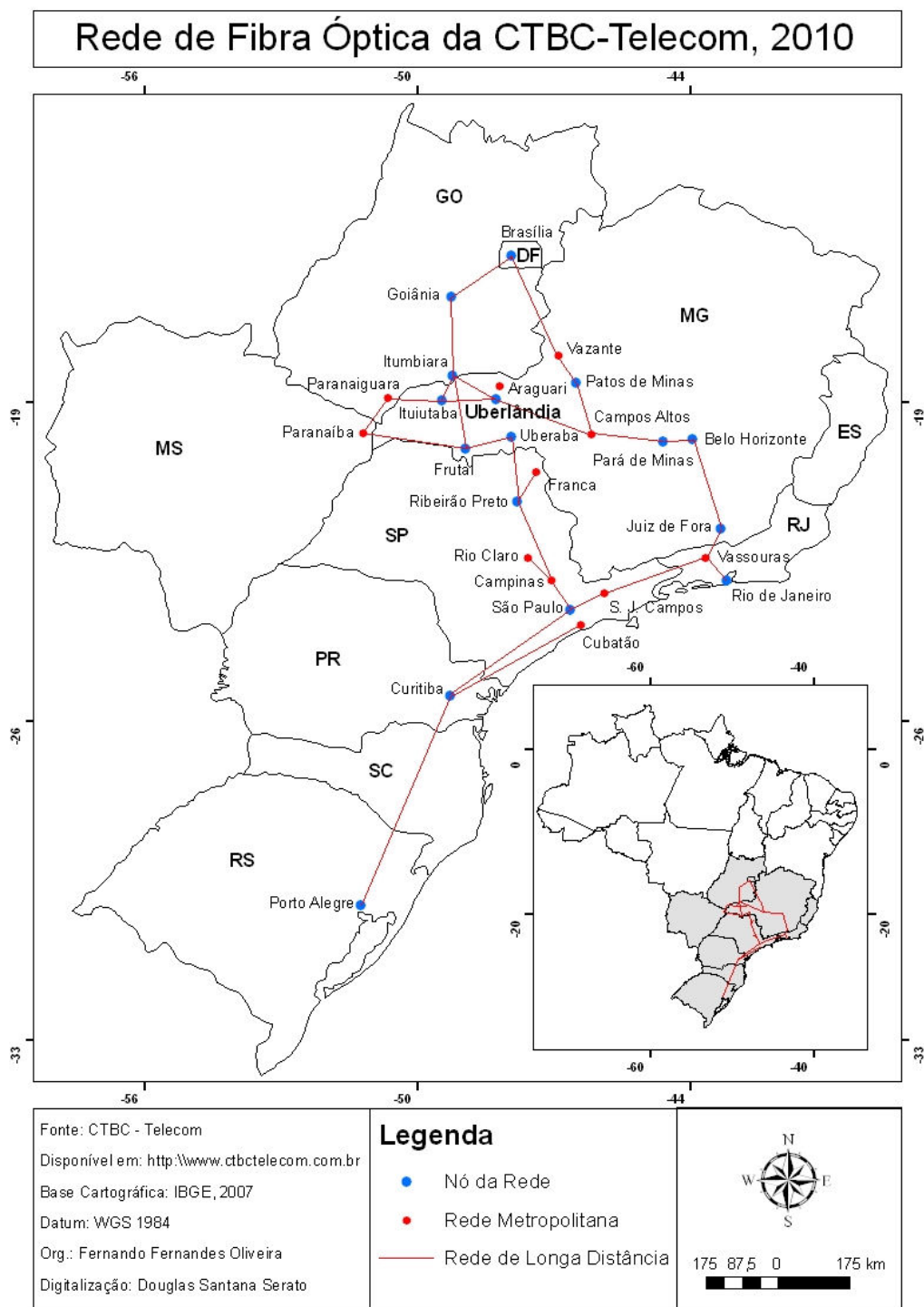
Segundo assinalado por Silveira (1999) como *redes domésticas hegemônicas*, apesar da inovação técnica e da expansão territorial, essas redes destinam-se, sobretudo, a um movimento endógeno, constituindo a base para um amplo leque de comandos fundamentados nas redes de teleação, a CTBC ampliou notoriamente sua área de atuação a partir da cidade de Uberlândia, sede do Grupo. Em 1980, a CTBC atendia a 81 localidades, sendo 49 em Minas Gerais, 22 em São Paulo, 8 em Goiás e 2 no Mato Grosso do Sul. Em 1997, quando da privatização do setor, a empresa atendia a uma área que se estendia por 102 mil Km², em que estavam contidas 305 localidades¹⁰, sendo 252 em Minas Gerais, 34

¹⁰ Destas 304 localidades, 88 eram municípios, 49 eram distritos e 168 eram povoados.

em São Paulo, 11 em Goiás e 8 no Mato Grosso do Sul. Com a privatização do setor, a CTBC, juntamente com a CTBC Celular, passou a atuar no bloco regional Tele Norte-Leste, no setor 3 e partes dos setores 25, 22 e 33, respectivamente nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Em 2002, essa empresa conquistou autorização para atuar em novas regiões, aumentando consideravelmente sua área de atuação, pela possibilidade de atuar em todo o território brasileiro, por meio de serviços de longa distância nacional e internacional, além da “banda H” de telefonia celular com tecnologia 3G (mapa 5), que, conforme dados disponíveis nos sítios da CTBC, atendiam a 233 municípios mineiros em áreas novas e nas já sob o controle da empresa, gerando, em consequência, efeitos significativos na sua estrutura espacial.

O segmento TI/Telecom atendia, segundo dados do Relatório de sustentabilidade de 2010, cerca de 3,5 milhões de pessoas, dos quais 1.6 milhão são clientes efetivos, com pontos de presença em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, interligados por uma rede óptica própria de longa distância (*backbone óptico*) e por anéis metropolitanos em São Paulo, Campinas, Paraná, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Ribeirão Preto e Curitiba, totalizando uma rede de 7,8 mil quilômetros, que perfaz 23 pontos de presença, com interconexões com *backbone* nacional e internacional, por meio de alianças estratégicas com redes de terceiros, o que indica interações interempresas, de modo a ampliar seu território de atuação e seu poder para concorrer com outras empresas. Essa complexa malha é gerenciada pelo Centro de Operação de Redes (COR), situado em Uberlândia, conforme a Mapa 3.



Mapa 3 – CTBC: rede óptica infraestrutural para a prestação de serviços de telecomunicações, 2010. Fonte: Relatório de Sustentabilidade Algar, 2010.

Segundo entrevista concedida ao site especializado em tecnologia da informação itweb, o ano de 2011, assim como o ano de 1997, representou um marco nos processos de expansão de áreas de concessão e reestruturação da rede técnica do segmento Algar Telecom, sendo previstos investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão para os cinco anos subsequentes. O foco dos investimentos volta-se à prestação de serviços de gestão de dados e TI para pequenas e médias empresas além dos serviços de internet banda larga e TV via satélite por assinatura, visando aos mercados dos circuitos metropolitanos de Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, conferindo a esses mercados serviços de alto padrão em tecnologia da informação. Para tanto, a CTBC, por meio de parceria inédita com a Cemig, anunciou a reestruturação de sua rede técnica afim de que esta seja convertida em NGN (Next Generation Networks)¹¹, aumentando sua fluidez e competência na operacionalização de dados.

Considerações finais

Nota-se, portanto, que a tessitura da rede técnica e de serviços prestados pela CTBC é bastante ilustrativa da complexidade das práticas de gestão territorial dessa corporação, que assume uma espacialidade eminentemente hierárquica, incluindo uma segmentação espacial dos níveis administrativos, que conta com uma rede de *idades-chave*. O centro de gestão e tomadas de decisão da CTBC, e também da Algar, é Uberlândia, uma *grande cidade regional* (SANTOS, 1994), expressando que o poder de gestão, além de concentrar-se em poucos centros urbanos, pode partir de uma cidade intermediária.

Ao longo de sua expansão, a CTBC criou uma geograficidade própria, passível de ser desvendada por meio dos sucessivos re-ordenamentos territoriais, marcados por práticas socioespaciais, que resultaram em uma ampla escala de atuação; por sua natureza multifuncional, resultante da criação de filiais e empresas controladas, além dos processos de aquisição e fusão, que compreendem, até mesmo, uma importante segmentação de suas atividades. As suas múltiplas localizações são estruturadas em níveis hierárquicos definidos pela importância do Centro de Operação de Redes (COR), situado em Uberlândia, que, na gestão de seu território reticular organizado por tessituras, nós e redes, assume papel como centro de controle. Ademais, a rede organiza hierarquicamente escritórios regionais e pontos de presença, situados em centros pequenos, médios e grandes, sobre os quais a corporação exerce variado papel econômico e político que possibilita múltiplas interações espaciais.

Destacam-se, na trajetória dessa corporação, a estatização e a posterior privatização das telecomunicações no Brasil, que geraram grandes modificações nas articulações com o Estado, assim como estabeleceram momentos diferentes de readaptação e revisão de estratégias e práticas econômicas, políticas e socioespaciais. Nota-se, durante o processo de expansão e diversificação da CTBC, o desenvolvimento de uma rede de poder entre os representantes do capital e políticos locais, assim como o estabelecimento de uma dinâmica rede técnica que repercutiram sobre o território resultando em notório poder político, econômico e

¹¹ A função das NGN ou redes do futuro seria disponibilizar uma plataforma de transporte comum para vídeo, voz, dados, permitindo aplicações do tipo telefonia IP, acesso a Web através de telefones móveis, e outras aplicações, melhorando a viabilidade e qualidade dos serviços de telecomunicações.

socioespacial, indicando que a corporação sempre fez e ainda faz parte de uma intrincada rede de poder, sobretudo pelas articulações com o Estado, no sentido de garantir seus interesses e sua reprodução, bem como a acumulação ampliada de capital.

Referências

- ACERVO CTBC 50 ANOS. História da nossa terra. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.com.br/>>. Acesso em: 2011. (Centro de Memória da CTBC).
- ALGAR. Disponível em: <<http://www.algar.com.br/>>. Acesso em: 2011.
- ALGAR. Relatório Anual - 2005. Disponível em: <<http://www.algar.com.br/>>. Acesso em: 2011.
- ALGAR. **Relatório de sustentabilidade - 2008**. Disponível em: <<http://www.algar.com.br/>>. Acesso em: 2011.
- ALGAR. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em: <<http://www.algar.com.br/>>. Acesso em: 2011.
- BESSA, Kelly. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia**: o lugar na era das redes. 2001. 333f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.
- _____. **Convergências e divergências da urbanização em áreas de cerrado**: a dinâmica urbano-regional de Uberaba e Uberlândia (MG). 2007. 371f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007a.
- _____. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro**: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: [s.n.], 2007. 348p.
- BOTTOMORE, Thomas B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 135p.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p. (vol. 1).
- CARVALHO, Rosana Areal de. **Uberlândia nas décadas de 50 e 60**: suporte para o desenvolvimento. 2000. 344f. Doutorado (Tese em História Econômica) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.
- CORRÊA, Roberto L. **Os centros de gestão e seu estudo**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51 n.4 p.109-118, out./dez.1989.
- _____. **Corporação e organização espacial**: um estudo de caso. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.53, n.3, p.33-66, jul./set.1991.
- _____. **Corporação, práticas espaciais e gestão do território**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p.115-121, jul./set.1992.
- _____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 p.279-318.
- DIAS, Leila C. Os sentidos da Rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério L. L. (Org.) **Redes, sociedade e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- GODOI, C. N. **Desenvolvimento das Telecomunicações e a Especialização Territorial e Urbana em Uberlândia-MG. 2007**. Dissertação - Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. 135p. - Programa De Pós Graduação Em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- _____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. 1 p. 141-162.
- HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 118p.
- ITWEB. **Com R\$ 1 bilhão para investir, Algar Telecom expande rede**. Disponível em: <<http://www.itweb.com.br/noticias/index.asp?cod=70084>>. Acesso em: Maio 2011.
- MUSEU da pessoa. Disponível em: <www.museudapessoa.net>. Acesso em: 2011.
- PIRES DO RIO, Gisela A. **Organizações empresariais, trajetórias espaciais e racionalidades: espaço e tempo de uma empresa de celulose**. Território, Rio de Janeiro, ano V, n.8, p.101-119, jan./jun.2000.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.
- RAMIRES, Julio César de Lima. **As corporações multinacionais e a organização espacial: uma introdução**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.51, n1, p. 103-112, jan./mar. 1989.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994a. 145p.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.
- SILVA, Carlos Alberto F. da. **Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira**. Cuiabá: Entrelinhas, 2003. 222p.
- _____. **Rede de interesses na promoção da soja em Pedro Afonso (TO)**. Acta Geográfica (UFRR), v. 4, p. 91-107, 2010.
- SILVEIRA, Maria L. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: Fapesp/Laboplan-USP, 1999. 488p.
- TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central**. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda. Editora, 1970. 544p.